

PATRIMÔNIO A ENRIQUECER

Paulo Bicca

Especial para o **Correio**

Gúcio Costa, ao escrever sobre Brasília, "cidade que inventei", como costumava dizer, reiteradas vezes sublinhou que ela é uma "cidade histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preserve, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizam". Seguramente não estava advogando em causa própria; mas sim, sem falsa modéstia, destacando a importância da obra para a qual contribuiu de maneira igualmente impar, reconhecendo nela o que de fato ela é: não um patrimônio pessoal, mas histórico e cultural, que deve ser protegido naquilo que tem de essencial e particular. Estão dados aí, objetiva e sucintamente, as premissas e os parâmetros relativos à necessária preservação do urbanismo de Brasília, enquanto bem tombado de interesse não apenas nacional. (...)

No curso da história do urbanismo iniciada há 500 anos, situa-se Brasília, não como uma continuadora ou herdeira qualquer, mas sim como uma das suas maiores manifestações e exemplar único. Razão pela qual é, necessária e merecidamente, um bem não apenas tombado pelo Iphan, mas igualmente reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade. Aliás, até hoje, única obra de urbanismo moderno a merecer este título, que lhe foi conferido na condição de "obra-prima do gênio criativo humano" e "exemplo eminente de conjunto arquitetural ilustrando período significativo da história".

É por este patrimônio que temos obrigação de zelar enquanto bem de incontestável valor histórico e cultural, independentemente de acharmos que Brasília é ou não a "melhor cidade" para se viver; se

ou não ter sido diferente em muitos dos seus aspectos essenciais. Suas virtudes ou defeitos, enquanto cidade modernista, "planejada para o trabalho ordenado e eficiente", e pretendida "viva e aprazível", não devem, no caso, servir como parâmetros. Não é isto que está em jogo. Em se tratando de tombamento não é a chamada (e sempre imprecisa) "qualidade de vida" que conta. Estabelecer uma relação entre ambos é, no mínimo, um perigoso equívoco. Não se trata de preservá-la a partir do pressuposto de que "as proposições de Lúcio Costa permanecem válidas e atuais". Embora não seja esta a intenção, colocar as coisas nesses termos dá margem a que se pense que, após algumas décadas, a preservação de Brasília, não mais se justificando por razões de ordem pragmática ou funcional, teria igualmente perdido a razão de ser enquanto bem tombado. Quando um coisa, em princípio, nada tem a ver com a outra. Aliás, Lúcio Costa nunca se apoiou em argumentos desta natureza, conforme se pode observar, por exemplo, no seu texto aqui transcrito no início, onde são evocados apenas o caráter histórico e a singularidade do urbanismo e da arquitetura da cidade por ele projetada.

Não! Certamente aqueles não podem ser os critérios para o tombamento, pois se fossem, cidades como Ouro Preto, nascidas no século XVIII, não seriam mais preservadas, dada a sua, digamos, inadequação às chamadas formas modernas de vida. Aliás, elas poderiam ser vistas como cidades de estrutura em boa parte ainda medieval, e como tal, segundo Le

Corbusier, traçada pelos asnos, justificando-se então a sua radical modificação, em nome da chamada modernidade e do suposto império da Razão. Aliás, como ele propunha para o centro de Paris, através do seu Plan Voisin, felizmente não executado.

É igualmente um erro tratar Brasília como uma cidade intocável. Como se qualquer mudança naquilo que foi originariamente pensado, representasse, inevitavelmente, a profanação de um espaço supostamente sagrado. Um tal dogmatismo não contribui para o trato correto do nosso delicado e complexo problema; além de ser, muitas vezes, um tiro pela culatra, pois acaba levando água para o moinho daqueles que, nem sempre de boa fé, associam tombamento com engessamento, trabalhando contra o primeiro. Aliás, desde o início, mudanças não insignificantes foram feitas na proposta original vencedora do concurso, inclusive por recomendação do júri. Mas estas não tocaram naquilo que Lúcio Costa considerava como "as características fundamentais que a singularizam", e que nos são explicitadas, seja no Relatório do Plano Piloto, seja em outros textos de sua autoria, particularmente aquele intitulado Brasília Revisitada. E ele próprio, mesmo reconhecendo que mudanças ocorreram ao longo do tempo e que, sob muitos aspectos, a vida foi mais forte do que o planejado, nem por isso deixava de afirmar: "Vendo Brasília atualmente, o que surpreende, mais que as alterações, é exatamente a semelhança entre o que existe e a concepção original". Felizmente ainda podemos dizer o mesmo, sem deixar de reconhecer

que, mais do que na década de 80, Brasília vive hoje um momento crucial no que concerne a sua história futura.

Não cabe igualmente imaginar que se estaria protegendo Brasília

ao transformá-la numa espécie de cidade amuralhada, isolada, a exemplo de muitas que existiram até o século passado, supondo-se assim que, intra muros, reinaria a ordem, o equilíbrio, a harmonia, deixando-se os problemas e o caos para o "profano" espaço exterior. Aqueles que assim pensam no mínimo esquecem que Brasília nasceu "afastada" do resto do Brasil,

onde "não havia senão deserto e solidão", como reiteradas vezes lembrou Lúcio Costa. É, portanto, descabida e vã a idéia de transformá-la numa espécie de centro histórico ou acrópole, como uma ilha urbana e social, imune ao mar revolto das contradições que a rodeiam, e que só tendem a crescer devido à natureza da sociedade em que vivemos, alimentadas por algumas nefastas políticas governamentais.

Como alternativa realista e responsável, só nos resta reconhecer e tomar posição diante da importância, complexidade e atualidade das questões que dizem respeito a Brasília, e que concernem também ao seu tombamento e a sua condição de Patrimônio Cultural da Humanidade. O que nos coloca, menos diante de um dilema, e mais diante de uma equação que por muito tempo ainda poderá ser resolvida. Equação cujos termos já foram formulados por Lúcio Costa, há aproximadamente quinze anos: "de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original; de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem".

PAULO BICCA É ARQUITETO E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO.

LEIA O ARTIGO NA ÍNTEGRA NA INTERNET: WWW.CORREIOWEB.COM.BR

André Corrêa 19.4.99

